

VII Seminário FESPSP - “Juventude, trabalho e profissão: desafios para o futuro no tempo presente”.

28 de outubro a 01 de novembro de 2019

GT 08 - Trabalho e emprego na viração do capitalismo: interpretando contrastes sociabilidades e organizações

O novo ciclo grevista e o revigoramento do sindicalismo brasileiro nos anos 2000

Paulo Soares Correia – UNIFESP¹

Resumo: O presente artigo analisa o revigoramento do sindicalismo brasileiro na primeira década dos anos 2000, expresso no ciclo grevista de 2004 a 2013, nos resultados das negociações coletivas e na política de valorização do salário mínimo. O artigo mostra como a conjuntura política e econômica favorável influenciou o ciclo de greves, apresenta alguns aspectos da dinâmica das greves e os rumos tomados pelo sindicalismo e esboça algumas hipóteses para a falta de revitalização do sindicalismo.

Palavras-chave: Sindicalismo – Greves – Revigoramento – Revitalização.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é procurar compreender porque o processo de revigoramento recente do sindicalismo brasileiro não resultou na sua revitalização. Acreditamos que a resposta para essa questão nos ajude a entender porque no momento de crescimento econômico dos anos 2000, o sindicalismo brasileiro não conquistou pautas tão caras ao movimento como por exemplo, a redução da jornada de trabalho, sem redução nos salários, o fim da dispensa imotivada (Convenção 158 da OIT), fim ou restrição a terceirização, entre outras medidas.

¹ Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da EFLCH/Unifesp, bacharel em Ciências do Trabalho pela Escola DIEESE de Ciências do Trabalho e bacharel em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). E-mail: paulinhoquimi@yahoo.com.br

A nossa hipótese é que o recente período de revigoração do sindicalismo encobriu as dificuldades e os limites da atuação sindical, que já se faziam presentes na chamada década neoliberal dos anos 90. O agravamento da crise econômica, juntamente com a mudança do cenário político, após o golpe institucional de 2016, fizeram com que essas dificuldades e limites ficassem mais evidentes.

No presente artigo trataremos do recente ciclo grevista no Brasil que vai de 2004 a 2013. Partindo da noção proposta pelos autores Souza e Trópia (2016) que: 1 - Os ciclos grevista tem forte relação com os processos macro políticos e econômicos característicos da conjuntura; 2 - Os ciclos grevistas devem ser compreendidos pela própria dinâmica da luta e dos rumos tomados pelo sindicalismo. A primeira noção é um elemento importante para a caracterização do revigoração do sindicalismo, já a segunda nos dará pistas para compreender o por que não houve revitalização do sindicalismo brasileiro nos anos 2000.

Para efeito do presente trabalho, inicialmente vamos recuperar o debate sobre a revitalização sindical, depois buscaremos mostrar como a conjuntura política e econômica favorável influenciou o recente ciclo greves e nas Considerações Finais apresentaremos alguns aspectos da dinâmica das greves e os rumos tomados pelo sindicalismo, a fim de propor algumas hipótese para a falta de revitalização do sindicalismo.

2. O debate sobre a revitalização sindical

O sindicalismo brasileiro a partir dos anos 2000, passou por um processo de recuperação do trauma que significou a década neoliberal dos anos 90. O caráter das greves passou de defensiva para ofensiva a partir de 2004. As negociações coletivas garantiram aumentos salariais acima da inflação. Ampliou-se o espaço político dos sindicatos, especialmente das centrais sindicais.

Galvão (2014) explica que o sindicalismo brasileiro tem ocupado um lugar importante no debate político e acadêmico, desde a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal em 2003. Os debates envolvem questões como a capacidade de influência sindical no processo decisório, a conflituosidade e formas de luta, os resultados das greves e negociações coletivas.

Ainda segundo Galvão a ascensão do PT ao poder provocou impactos significativos sobre as concepções e práticas sindicais, fomentando a participação do sindicalismo nas instâncias governamentais. Mas as interpretações são controversas: alguns autores destacam a ampliação do espaço político dos sindicatos, outros da perda de protagonismo político e outros da cooptação do movimento sindical pelo governo.

Por outro lado, a redução do desemprego, o aumento do salário mínimo, os aumentos salariais acima da inflação e os acordos coletivos com cláusulas favoráveis aos trabalhadores permitem apontar certa melhoria na situação material dos trabalhadores sob os governos petistas, que teria repercutido positivamente sobre suas condições de luta. (GALVÃO, 2014, p. 103)

Diante desse cenário a autora levanta uma questão pertinente, é possível falar em renovação ou revitalização sindical no Brasil?

Os autores Krein e Dias (2017) explicam que as principais transformações ocorridas nas esferas econômica, política e produtiva nas últimas décadas, modificaram a relação histórica específica entre capitalismo, Estado e democracia que vigorou nos países capitalistas avançados no pós-guerra. A liberação do mercado de qualquer amarra em escala nacional e global alterou um equilíbrio precário, colocando pressão sobre o sindicalismo enquanto movimento social, ator político e instituição característica da sociedade industrial e capitalista.

A ordem política e econômica construída a partir da crise de 1970 criaram uma situação desfavorável para ação coletiva num contexto de hegemonia do neoliberalismo combinado com reestruturação produtiva, resultando numa nova morfologia da classe trabalhadora.

De acordo com Krein e Dias (2017) são os sindicatos dos países avançados os primeiros a sofrer o embate da viragem neoliberal e consequentemente será nestes países que se desenvolveram inicialmente os debates sobre a revitalização sindical.

É neste contexto que se desenvolvem debates sobre a renovação e revitalização sindical que, marcados por uma pluralidade de visões e orientações teóricas, sugerem uma nova estratégia de ação que expandia o sindicalismo para fora do seu campo tradicional de atuação, isto é, relações de produção e escala nacional. (KREIN; DIAS, 2017, p. 3)

A revitalização sindical sugere um nova estratégia de ação para além do campo tradicional de atuação do sindicalismo, mas não apenas isso.

Galvão explica que a partir dos anos 1980, uma mudança observada na forma e estratégia de ação de alguns sindicatos nos EUA levou à formulação do conceito de sindicalismo de movimento social. Esses sindicatos passaram a atuar junto aos trabalhadores desorganizados e geralmente desprezados pela organização sindical, submetidos a diferentes tipos de contratos, sobretudo nos setores de baixos salários. Esse sindicalismo dá importância à greve, procura estabelecer uma relação entre preocupações materiais específicas e reivindicações políticas e sociais mais amplas, articulando o local de trabalho com espaços externos a ele, e promove alianças com outros movimentos sociais, constituindo uma reação ao sindicalismo de negócios que marcou os EUA no século XX.

No entanto o conceito de sindicalismo de movimento social passou a ser questionado a partir da experiência do setor ferroviário francês e britânico entre o final do século XX e início do XXI. Trata-se de um sindicalismo altamente militante e politizado, que se caracteriza pela mobilização de seus membros, pelo recurso à greve e por uma forte oposição ideológica de esquerda aos empregadores e ao governo. Essa tendência, bastante minoritária, explica a autora, surge contrapondo-se ao caráter politicamente moderado e conciliador do sindicalismo predominante em países como Inglaterra e França, sendo denominada de sindicalismo radical.

Em suma, o que temos são duas noções: a de sindicalismo político radical que nos remete à questão da ideologia e das diferentes estratégias de ação política que são fundamentais para caracterizar as concepções e práticas sindicais. E a de sindicalismo de movimento social que enfatiza a inovação organizacional.

Por caminhos diferentes Galvão (2014) e Krein e Dias (2017) vão analisar a trajetória recente do sindicalismo brasileiro à luz do conceito de revitalização.

Galvão utilizou conceitos de sindicalismo de parceria e radical² para chegar à conclusão de que não há evidências suficientes para sustentar a existência de um processo de revitalização sindical no Brasil, pois a “retomada das greves, a obtenção de resultados econômicos positivos e a maior legitimidade auferida pelos

² Sindicalismo de parceria privilegia a intervenção junto às instituições governamentais em detrimento da mobilização da base. Essa perspectiva supõe a negociação, a disposição ao diálogo, ao compromisso, à ideia de que é possível obter consenso e, portanto, celebrar um pacto com o Estado e o patronato. No entanto os acordos não resultam mais do reconhecimento do conflito de interesses entre trabalhadores e empregadores mas, antes, de sua negação. Sindicalismo radical amplia o campo de intervenção sindical para além da ação econômica ou das instituições de parceria social, questionando os limites do pragmatismo político. Seu posicionamento é antineoliberal e anticapitalista; busca recuperar o sindicalismo para a tradição de luta de classes, colocando a luta pelo socialismo no centro de seu projeto. Para mais detalhes ver Galvão (2014).

sindicatos contrastam com resultados modestos no plano político-ideológico e organizativo” (GALVÃO, 2014, p. 114)

A manutenção da estrutura sindical e extensão do repasse do imposto sindical as centrais sindicais reforçam a dependência do sindicalismo brasileiro do Estado e o pouco enraizamento nos locais de trabalho, evidência que a revitalização que possa ser atribuída a existência de um sindicalismo radical é um processo minoritário e restrito a cúpula sindical. Na conclusão da autora “o sindicalismo de parceria se afastou das ruas por receio de mobilizar os trabalhadores contra um governo aliado, esse vazio não foi preenchido pelo sindicalismo radical, que enfrenta dificuldades para organizar e mobilizar os trabalhadores.” (GALVÃO, 2014, p. 114)

Krein e Dias utilizaram quatro dimensões de revitalização sindical (institucional, filiação, econômica e política) para ser referência de análise da atual situação do sindicalismo brasileiro.

[...] a dimensão “institucional” é básica na medida em que considera as suas estruturas organizacionais e de governança, o seu funcionamento interno e a capacidade de se ajustar a novos contextos e desenvolver novas estratégias; a dimensão filiação diz respeito ao reforço da legitimidade, representatividade e poder negocial através do aumento do número absoluto de associados, da taxa de sindicalização e da diversificação da sua composição interna acompanhar as modificações na força de trabalho; a dimensão econômica centra-se na capacidade de obtenção de melhorias salariais e de outros benefícios, e do seu impacto mais geral na distribuição da riqueza; e a dimensão política à interação com atores nos diversos níveis de governo e em três arenas de atividade (eleitoral, elaboração de legislação e sua implementação) de forma a aumentar a eficácia e influência no processo de elaboração de políticas públicas por meio da participação em negociações de pactos sociais ou pela mobilização coletiva via greves políticas. (KREIN; DIAS, 2017, p. 4)

Segundo os autores existe um conjunto de indicadores que evidenciam sinais de revitalização sindical, tais como aumento de greves; elevação do número de sindicalizados, com redução da densidade; melhoria nas negociações salariais; avanço nos espaços de interlocução com o governo. No entanto, acumulam-se evidências de perda da força e importância do sindicalismo na sociedade, com o crescente descrédito da instituição sindical, a incapacidade de vocalizar um projeto de desenvolvimento com distribuição de renda e o surgimento de muitas mobilizações sociais (greves nas obras do PAC em 2011, Jornadas de junho de 2013 e greve dos garis da cidade do Rio de Janeiro em 2014, por exemplo) sem o protagonismo dos sindicatos.

Ainda segundo Krein e Dias são sobre as dimensões institucionais e societal que recaem os principais dilemas e as melhores perspectivas de revitalização.

Como podemos notar, tanto Galvão como Krein e Dias identificaram um processo de recuperação do sindicalismo brasileiro nos anos 2000, contudo esse processo, que pode ser caracterizado com o início, bem incipiente, de revitalização, não redundou na revitalização sindical propriamente dita, isto é, mudanças organizativas e ideológicas que sejam capazes de aglutinar e representar a classe trabalhadora em sua nova morfologia. Ainda que se possa constatar a existência de um sindicalismo radial e militante trata-se de um movimento restrito, com pouca expressão no cenário nacional, portanto incapaz de influir decididamente nos rumos do sindicalismo e também com pouquíssimas mudanças organizativas que apontem para algo decididamente novo.

Contudo há um processo de recuperação do sindicalismo brasileiro nos anos 2000 que trataremos agora.

2.2. Da década neoliberal dos anos 90 ao revigoramento do sindicalismo nos anos 2000

A década de 1990 no Brasil é conhecida como a Década Neoliberal (CARDOSO, 2003). É um período não só desfavorável ao emprego como também à ação coletiva dos trabalhadores.

As iniciativas dos governos de Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) com pouco mesmo intensidade e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram de aplicação do programa neoliberal sob a justificativa de modernização do país. Promoveram a abertura econômica, que acelerou o processo de desindustrialização e aumentou o desemprego. A outra medida foi o corte dos gastos públicos, reduzindo as despesas nas áreas da saúde, educação e dos serviços públicos em geral, sendo o funcionalismo público duramente atacado nesse período. Realizaram diversas privatizações, entre elas a da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Vale do Rio Doce e do Sistema Telebras. E procuraram ampliar a flexibilização do trabalho, com o pretexto de enfrentar o problema do desemprego em massa e o aumento da informalidade.

A manutenção do emprego foi o ponto central da ação sindical, além da tentativa de resistência contra a forte demanda patronal por flexibilizações das relações de trabalho, que acabaram levando a modificações na legislação

trabalhista: banco de horas, PLR e novas formas de contratação, como trabalho temporário e terceirizado. Para Ricardo Antunes e Jair Batista da Silva:

A fusão entre neoliberalismo e reestruturação produtiva, dentro de um universo conduzido pelo capitalismo financeiro, gerou profundas transformações no mundo do trabalho, afetando, em especial, o sindicalismo. Informalidade, flexibilização e terceirização passam a ser imperativos empresariais. (ANTUNES; SILVA, 2015, p. 515)

A reestruturação produtiva foi intensificada nas empresas, mudando significativamente a correlação de forças entre capital e trabalho, em favor do primeiro. Alves (2000) explica que o surgimento desse novo complexo de reestruturação produtiva, a partir da era neoliberal, nos anos 90, contribuiu para a instauração de mudanças estratégicas nas práticas do sindicalismo brasileiro, com o desenvolvimento de estratégias sindicais propositivas, de caráter neocorporativista, no interior do sindicalismo da CUT, com claro esvaziamento da perspectiva classista. Para o autor, essas estratégias sindicais no Brasil, refletem, no plano político-ideológico, o surgimento de um novo e precário mundo do trabalho.

Se por um lado observamos o surgimento de estratégias sindicais neocorporativas de cariz propositivo; por outro, constatamos as sérias dificuldades do sindicalismo em preservar o horizonte da classe diante da nova etapa de acumulação capitalista flexível, em levantar obstáculos consistentes à sanha do capital na produção. É assim, uma incapacidade relativa de erguer uma contra-hegemonia à lógica do capital. Eis, portanto, as principais características da crise do sindicalismo no Brasil, que tende a assumir amplas proporções. (ALVES, 2000, p. 276)

Para Alves (2000), a crise do sindicalismo brasileiro se traduz, por um lado, na mudança de estratégia sindical, com a emergência de uma orientação neocorporativa de tendência propositiva e, por outro lado, pela incapacidade estrutural das estratégias sindicais de confronto em fazer frente às iniciativas do capital. Para Boito Jr. (1999), o fato mais importante para entender o refluxo e a moderação do movimento sindical é a ofensiva neoliberal. O aumento abrupto da taxa de desemprego foi acompanhado pela queda da atividade grevista. Segundo Boito Jr. (1999), o desemprego se abateu de modo especial sobre alguns setores mais ativos do sindicalismo brasileiro e, particularmente, do sindicalismo cutista. Os metalúrgicos do ABC e os bancários foram particularmente tocados pelo desemprego. A suspensão de postos de trabalho nas empresas metalúrgicas e nos bancos colocou esses sindicatos na defensiva por temerizar os trabalhadores desses setores.

Nos anos 90, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), adotou uma concepção mais negociadora e menos confrontacionista, se comparada com a dos anos 80. A defesa da redução de tributos à indústria automobilística e com isso preservar empregos; a política de incentivos as “câmaras setoriais”; constante participação em outros fóruns e espaços de negociação tripartites foram vistos como uma forma de participação diferente, palco principal de sua ação representativa; embora, no interior da CUT, outros setores considerassem que essa modalidade de negociação enfraquecia a possibilidade de confronto de interesses e favorecia a colaboração de classes.

O surgimento da Força Sindical, em 1991, se contrapondo à CUT, distingue os dois projetos de sindicalismo existentes no país. A Força Sindical nasceu defendendo o projeto neoliberal, segundo Cardoso (2003, p. 65) de “1994 em diante, a central (Força Sindical) não apenas apoiou as políticas neoliberais adotadas, como ainda teve papel em sua implementação”.

Em suma, a década de 90 é uma década perdida para os trabalhadores: explosão do desemprego, aumento do trabalho informal, terceirização, ataque aos direitos dos trabalhadores, enfraquecimento do movimento sindical com redução dos números de greves e de trabalhadores sindicalizados.

Santana (2015), explica que toda a literatura sociológica reconhece que a “flexibilização da produção” trouxe grandes problemas para os sindicatos e que:

Alguns autores chegaram mesmo a se perguntar se, com a chamada “reestruturação da produção”, a evolução dos modelos organizacionais e o questionamento dos modos tradicionais de representação e de delegação, o sindicalismo não estaria condenado ao desaparecimento. No entanto, o debate produzido pela percepção dessa “crise” revelou divergência quanto ao modo de interpretar os efeitos das mudanças sobre a instituição e o movimento sindical. Para alguns, esse processo apontava para um declínio inexorável do sindicato, enquanto outros consideram que a “crise” não era da instituição de representação dos trabalhadores, mas de um tipo de sindicato atingido duramente pelas transformações na produção. (SANTANA, 2015, p. 454).

Segundo o pesquisador Krein (2013), três teses ganharam relevância no debate acadêmico e político nos anos 90: 1 – o processo de reestruturação produtiva, especialmente em razão das inovações tecnológicas, não seria capaz de criar emprego, mesmo com crescimento econômico; 2 – a criação de emprego (redução do desemprego e da informalidade) somente seria possível com uma maior flexibilização das relações de trabalho; 3 – o Sindicalismo estaria em fase de declínio (não crise) estrutural, em que tenderia a perder força na sociedade, com a

emergência de uma sociedade pós-industrial. Ainda segundo Krein (2013), nenhuma dessas teses se sustenta perante a experiência brasileira dos anos recentes.

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 2002 e a retomada do crescimento econômico, a partir de 2003, com o *boom* internacional de *commodities* diminuíram o impacto agressivo do cenário político e econômico dos anos 90, que tinha jogado os sindicatos na defensiva.

Segundo Baltar (2014), o número de pessoas ocupadas passou a crescer mais rapidamente, destacando-se a elevada intensidade da ampliação das que têm emprego com contrato formalizado segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ou o Estatuto do Servidor Público. O desemprego aberto chegou a atingir 13,3% das pessoas envolvidas no mercado de trabalho em 2004, mas diminuiu, desde então, e alcançou 8,7% dessas pessoas em 2012.

O crescimento do emprego formal, especialmente a partir de 2003, foi proporcionado por um quadro de economia mundial favorável ao desempenho da economia brasileira. Além disso, Baltar (2014) elenca outros fatores para o crescimento do emprego formal: 1) o forte aumento da despesa social pública em relação ao PIB, atingindo as áreas de educação, habitação, saneamento, saúde, previdência social, assistência social, trabalho e renda; 2) a recuperação no atendimento da demanda doméstica de crédito; 3) crescente superávit de comércio com outros países; 4) simplificação e desoneração de impostos e contribuições das micro e pequenas empresas; 5) atuação do Ministério do Trabalho na fiscalização dos contratos de trabalho: o “número de trabalhadores formalizados por ações de fiscalização, que oscilou em torno de 275 mil de 1996 a 1999, aumentou para o patamar de 720 mil em 2004 – 2007”. (BALTAR, 2014, p. 102)

[...] algumas das tendências da ocupação que predominaram na década de 1990 foram invertidas: o desemprego diminuiu, o emprego formal passou a aumentar com relativa intensidade e as ocupações que não são empregos formalizados perderam ímpeto, embora não chegassem a diminuir. (BALTAR, 2014, p. 111)

E tudo isso, diga-se de passagem, sem a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Pochmann (2012) argumenta que, na virada para o século XXI, o Brasil conviveu com significativas transformações. De 1995 a 2004, a renda do trabalho perdeu 9% de seu peso relativo na renda nacional, ao passo que a renda da

propriedade cresceu 12,3%. Entre 2004 a 2010, o peso dos salários subiu 10,3% e o da renda da propriedade decresceu 12,8%. Ainda segundo Pochmann (2012, p. 11), o “adicional de ocupados na base da pirâmide social reforçou o contingente da classe trabalhadora, equivocadamente identificada como uma nova classe média”.

A conjuntura dos anos 2000 fez diminuir um importante componente inibidor da luta dos trabalhadores, o desemprego, propiciando uma retomada da ação sindical.

Krein (2013) explica que o início do governo Lula, dentro do contexto de crise econômica, foi em muitos aspectos conservador, especialmente na política econômica e na agenda de debates no Poder Legislativo.

[...] a agenda no Legislativo continuava muito conservadora, tais como na viabilização de uma reforma na previdência social do setor público e na defesa de alterações micro-econômicas para enfrentar a questão da taxa de juros e do desenvolvimento do país, tais como o privilegiamento do pagamento das dívidas do mercado financeiro em caso de falência da empresa, o crédito consignado etc. Em outros termos, o primeiro momento do governo Lula foi da posse até a crise política de 2005 (acusação de corrupção), foi marcado por algumas iniciativas sociais, mas como uma política econômica conservadora. (KREIN, 2013, p. 8)

Esse início conservador do governo Lula provocou rupturas com o campo, minoritário mais à esquerda, do PT e da CUT. A partir da expulsão de três deputados federais e uma senadora, que votaram contra a reforma da previdência do setor público, desobedecendo a orientação do partido, surge o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); No interior da CUT, o Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), dirigido pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), e a Frente de Esquerda Sindical (FES), vão organizar, respectivamente, a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e a Intersindical.

Mas, a partir de 2004, o país começa a crescer. A média de crescimento é de 4,5% entre 2004 e 2010. Houve um forte processo de formalização do trabalho, expressiva queda do desemprego e a recuperação dos rendimentos do trabalho.

O movimento sindical, nos anos 2000, lentamente começa a se recuperar do trauma que significaram os anos 90. A atividade grevista retoma um novo fôlego, aumenta-se o número absoluto de sindicalizados e as campanhas salariais, em sua maioria, fecham com percentuais de reajustes acima da inflação.

Como podemos perceber, o início dos anos 2000 marca uma retomada da ação sindical no sentido de trazer conquistas imediatas para os trabalhadores.

As campanhas salariais, em sua maioria absoluta, fecharam com reajustes acima da inflação. Entre 1996 a 2003, apenas 38,6% das negociações ficaram acima da inflação na média anual. Já entre 2004 e 2014, em média, 82% das negociações encerraram com ganhos acima do INPC.

Armando Boito e Paula Marcelino (2010), analisando os registros de greves entre 2004 e 2008 vão sugerir que essa recuperação da luta sindical pode ser tomada como um indicador da vitalidade do sindicalismo como movimento social e um indicador muito forte do equívoco da tese do declínio histórico do sindicalismo.

A recuperação da atividade grevista, que é inferior aos patamares dos anos 90, mas de qualidade diferente. No início dos anos 2000, os trabalhadores não estão fazendo greves para impedir a retirada de direitos e sim para ampliá-los.

Como procuramos demonstrar, no início dos anos 2000 há um processo de recuperação do sindicalismo brasileiro, esse processo denominamos de revigoração, que não é a mesma coisa que revitalização, como vimos anteriormente.

3. A mudança na conjuntura e o novo ciclo grevista de 2004 a 2013

No dia 12 de maio de 1978 os trabalhadores da fábrica de caminhões Scania Vabis, na cidade de São Bernardo do Campo em São Paulo, cruzam os braços. Logo depois foi a vez dos trabalhadores da Ford, da Mercedes, da Wolkswagem e de outras fábricas da região. Essas greves marcaram o retorno dos trabalhadores à cena política brasileira, iniciando um novo ciclo de greves em plena ditadura civil-militar.

A explicação para a evolução ou recuo das greves é multicausal como argumentam os autores Souza e Trópia (2016).

[...]além de possuir uma forte correlação com os processos macro políticos e econômicos característicos da conjuntura, os ciclos grevistas devem ser compreendidos pela própria dinâmica da luta e dos rumos tomados pelo sindicalismo. Neste sentido, como o movimento sindical não está isolado de outros movimentos sociais, também a dinâmica das lutas populares importa na compreensão dos ciclos grevistas. (SOUZA; TRÓPIA, 2016, p.129)

O movimento sindical não está isolado dos outros movimentos sociais e a greve é apenas uma forma de luta, dentre várias outras, ou seja, os ciclos grevistas estão inseridos num outro ciclo, o ciclo de lutas. Segundo Souza (2017) nas últimas

décadas é possível identificar três grandes ciclos de lutas no Brasil: Ciclo I – compreendeu o período de 1978-1989 e se caracterizou pelo protagonismo do movimento sindical e pela bandeira da redemocratização do país; Ciclo II – se estendeu de 1990-2002 e teve como principais características o refluxo do movimento sindical e a ascensão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como principal símbolo da resistência aos efeitos do neoliberalismo; Ciclo III – vai de 2003-2013 e se caracteriza pelo refluxo do MST e pela retomada das lutas sindicais, mas também pela ascensão do movimento estudantil e por uma maior diversificação das lutas pelo controle do território urbano e rural.

Os ciclos de lutas também tem um relação multicausal, que segundo Souza, é caracterizado por um período da conflituosidade social que funciona sob um determinada lógica interna, que resulta das experiências de luta e correlação de forças econômicas e ideológicas.

A eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e a retomada do crescimento econômico, impulsionada pela exportação de *commodities* propiciaram o surgimento de uma conjuntura política e econômica favorável para o desenvolvimento de um novo ciclo grevista no Brasil.

Entretanto a caracterização da existência de um novo ciclo grevista a partir de 2004 não é consensual. Noronha (2009), por exemplo, argumenta que o Brasil entre 1978 – 1997 vivenciou o primeiro grande ciclo de greves e passou para normalidade entre 1998 – 2007. Em outras palavras, para este autor não há distinção entre as greves, que a grosso modo coincidiram com o segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) das que ocorreram no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). Para o autor apesar de oscilações não desprezíveis, as greves (1998-2007) apresentaram relativa estabilidade com volume de conflitos médio para os padrões internacionais.

No gráfico 1 podemos notar uma curva descendente de greves a partir de 1997, depois um período de estabilização num patamar baixo entre 2004 a 2007, voltando a ascender em 2008, chegando a 2050 greves em 2013.

No entanto a análise apenas dos números totais de greves não permite perceber a diferença que há entre a segunda metade dos anos 90 e os primeiros anos da década de 2000.

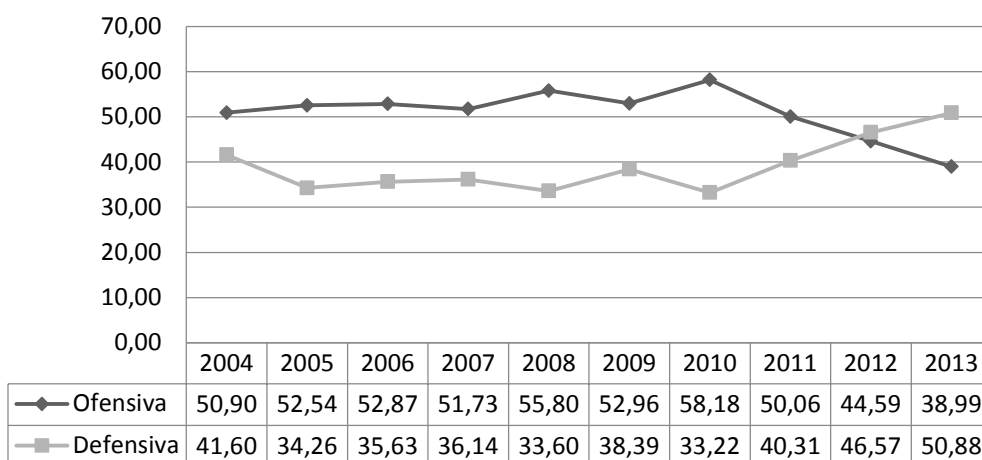


Sobre esse aspecto Marcelino (2017) argumenta que a recuperação da luta sindical por meio das greves no período de 2003-2013 fica mais evidente quando o comparamos com a década de 1990. Nos anos 90 o sindicalismo brasileiro manteve um número de greves elevado, mas essas greves possuíam características bastante específicas, próprias de uma conjuntura adversa para os trabalhadores, eram greves defensivas, isto é, greves contra o descumprimento de acordos ou leis, contra atrasos de salário e pela manutenção de direitos já conquistados. A partir da segunda metade da década de 90 a frequência de greves cai significativamente.

Na década de 1990 por conta da políticas neoliberais de abertura comercial e financeira, privatizações e redução dos gastos sociais, combinado com as profundas transformações técnicas do processo produtivo, isto é, a reestruturação produtiva, fizeram crescer as demissões e a informalidade, levando o movimento sindical a um situação defensiva.

Pelo menos desde 2004 há uma conjuntura político e econômica que contribuiu positivamente para mudança no caráter do ciclo grevista, em outras palavras, há uma ação sindical grevista no sentido de uma predominância de greves ofensivas, como podemos notar no gráfico 2:

Gráfico 2 - Proporção de greves segundo caráter ofensivo e defensivo: Brasil: 2004 à 2013 (em %)

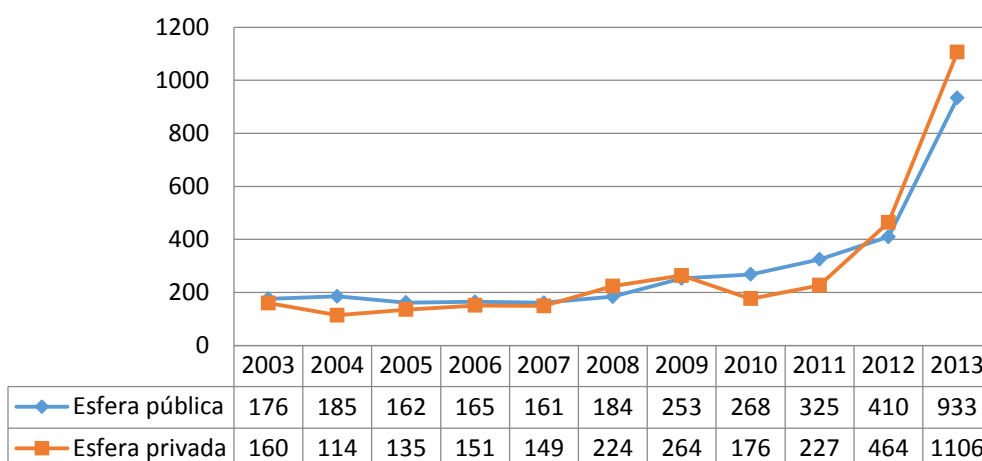


Elaboração própria

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves - SAG

Concordamos com Marcelino quando afirma que do ano de 2004 até, pelo menos, o ano de 2012 o Brasil viveu um ciclo de greves específico, isto é, greves com características próprias, sendo a principal, o caráter ofensivo das greves (gráfico 2), contudo há outras características, uma certa estabilidade ascendente no número de greves (gráfico 1) e de grevistas (gráfico 4) e a proximidade entre setores

Gráfico 3 - Total de greves por ano nas esferas pública e privada: 2003 - 2013



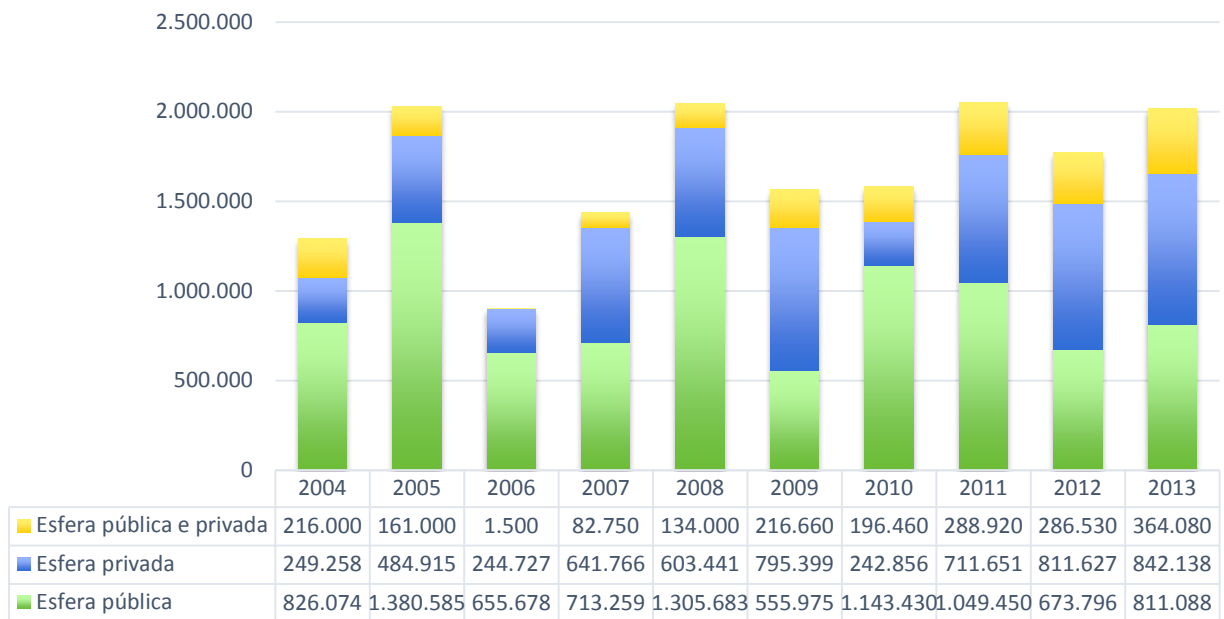
Elaboração própria

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves - SAG

público e privado (gráfico 3).

O número de grevistas durante o novo ciclo se manteve relativamente estável. Nos anos 2005, 2008 e 2011, o grande número de grevistas foram predominantemente do setor público, contudo em 2009, 2012 e 2013 os grevistas da esfera privada superam os da esfera pública.

Gráfico 4 - Número de grevistas por esferas: Brasil - 2004 à 2013



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de greves - SAG

Obs: Para o ano de 2006 só existem dados disponíveis do primeiro semestre.

Se por um lado Noronha (2009, p.137) tem razão ao afirmar que no primeiro governo Lula as greves tenha se reduzido ainda mais em relação ao segundo mandato de Fernando Henrique, contudo o autor acaba por desconsiderar as características das greves, sobretudo, a partir de 2004, ou seja, são greves que guardam diferenças importantes, como procuramos demonstrar anteriormente, com relação as dos anos 1990. Por isso é sem exagero afirmar que estamos diante de um novo ciclo de greves e não podemos perder de vistas que essas greves estão inseridas num novo ciclo de lutas no Brasil, no qual trabalho e terra continuaram sendo os temas centrais, no entanto outras questões ganharam destaques, como moradia, educação e transportes³.

³ Para mais detalhes ver Souza (2017).

Os dados empíricos sobre o novo ciclo grevista contraria a tese de Braga (2016) de que o *Lulismo*, entendido como modo de regulação dos conflitos classistas, que se apoiou sobre a articulação de duas formas distintas e complementares de consentimento (ativo e passivo)⁴, garantiu uma relativa pacificação social até 2013. Nas palavras do autor:

Assim, parece-me mais ou menos claro que, conforme a experiência política da classe trabalhadora brasileira com o atual modelo de desenvolvimento se aprofundou, mais problemático tornou-se o controle do movimento sindical sobre a inquietação das bases com os baixos salários, a deterioração das condições de trabalho e o aumento do endividamento das famílias trabalhadoras. (BRAGA, 2016, p. 57)

Quando Luís Inácio Lula da Silva assume a presidência, em 2003, as greves estão num patamar baixo e seguem assim até 2007. Olhando apenas esse indicador poderíamos concluir que Ruy Braga tem razão ao afirmar que lulismo garantiu certa pacificação social. Contudo o que os dados mostram é que o declínio das greves inicia-se em 1996 e não com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal. O recuo das greves se deu numa conjuntura política e econômica adversa à luta sindical.

Como procuramos mostrar anteriormente a eleição de Lula e o *boom dos commodities* modificam a conjuntura política e econômica, com isso o caráter das greves se modificam a partir de 2004 e em termos quantitativos começam a aumentar em 2008 pois progressivamente o momento foi se tornando favorável a ação reivindicativa dos trabalhadores. Longe de viver uma pacificação social, o que podemos verificar é uma melhora gradual nas condições de luta dos trabalhadores, com mudança no caráter e aumento no número de greves. Com isso 2013 não representa o retorno da luta de classe, como acredita Braga, pois esta nunca deixou de se ausentar.

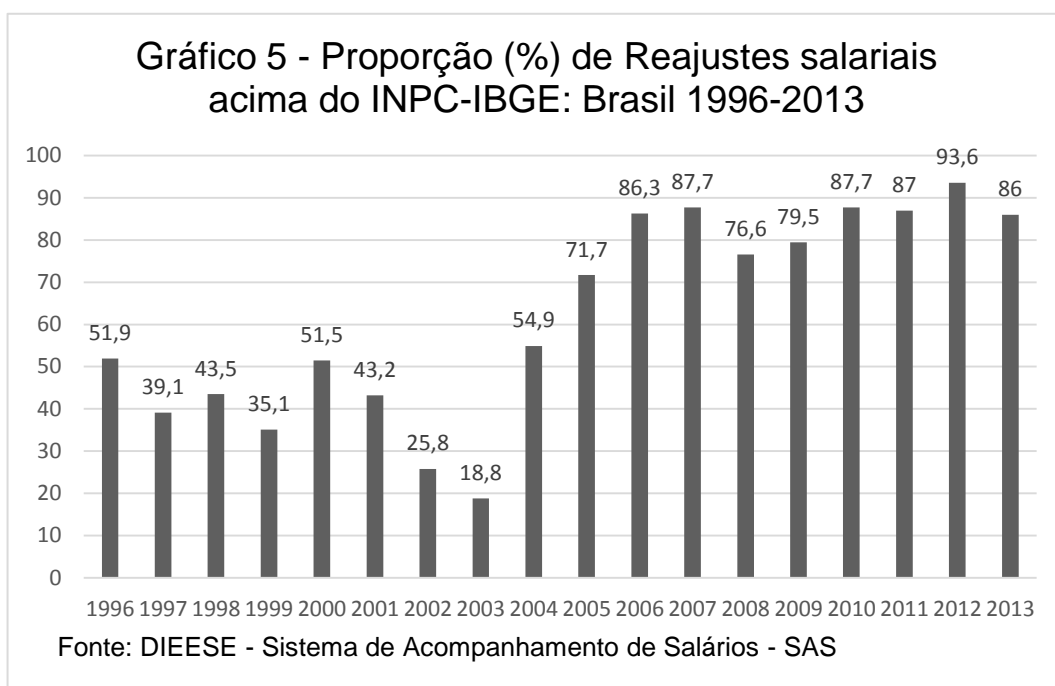
Até aqui o que podemos concluir é que a mudança na conjuntura política e econômica a partir de 2003 vão contribuir gradativamente para a melhora das condições de luta dos trabalhadores e o reflexo disso é que as greves a partir de 2004 são de qualidade diferente das realizadas na década de 1990. Portanto o novo ciclo grevista é um importante indicador do revigoramento do sindicalismo brasileiro,

⁴ Segundo Braga (2016) o pequeno avanço, que combinou políticas públicas redistributivas com criação de empregos formais e o acesso popular ao crédito, foi suficiente para garantir o consentimento passivo dos subalternos à regulação lulista. O consentimento ativo se deu com o atendimento aos interesses da burocracia sindical, das lideranças dos movimentos sociais e de setores médio intelectualizados.

todavia existem outros aspectos, como por exemplo os resultados das negociações coletivas.

3.1. A valorização do salário mínimo e o reflexo nos reajustes dos pisos salariais

A partir de 2004 há uma melhora nos percentuais de acordos coletivos que garantiram reajustes salariais acima da inflação baseado no Índice Nacional de Preço ao Consumidos (INPC) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De 1996 a 2003, em média, 38,6 % dos acordos garantiram reajustes acima da inflação. De 2004 a 2011, na média 78,9% dos acordos conquistaram reajustes maiores que a inflação.



Novamente é possível identificar a diferença entre os anos 90 e os anos 2000 sob o prisma dos resultados das negociações coletivas, nota-se um melhora nos resultados a partir de 2004.

Os bons resultados das negociações salariais decorrem da recuperação da economia e da política de valorização do salário mínimo instituída em 2008. Um elemento importante para definição dos pisos salariais das categorias profissionais é o salário mínimo.

Francisco de Oliveira foi quem mostrou que a instituição do salário mínimo ao contrário de ser um empecilho para o processo de acumulação, serviu como a referência para determinação do preço da força de trabalho nos diversos setores da economia.

No ensaio clássico *Crítica a razão dualista* (1972) o sociólogo pernambucano argumenta que as leis trabalhistas fizeram parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação a partir de 1930. A legislação trabalhista igualava reduzindo, do que incrementando, o preço da força de trabalho.

As instituições do período pós-anos 1930, entre as quais a legislação do trabalho destaca-se como peça chave, destinam-se a “expulsar” o custo de reprodução da força de trabalho de dentro das empresas industriais (recorde-se todo o padrão da industrialização anterior, quando as empresas tinham suas próprias vilas operárias: o caso de cidades como Paulista, em Pernambuco, dependentes por inteiro da fábrica de tecidos) para fora: o salário mínimo será a obrigação máxima da empresa, que dedicará toda a sua potencialidade de acumulação às tarefas do crescimento da produção propriamente dita. (OLIVEIRA, 2003, p. 66)

Segundo o autor a instituição do salário mínimo reveste de um significado importantíssimo para acumulação do setor urbano-industrial. A fixação dos demais salários, acima do mínimo, se fez sempre tomando este como o ponto de referência e nunca tomando a produtividade de cada ramo industrial ou de cada setor como o parâmetro que servisse para determinar o preço da força de trabalho. Com isso nenhuma empresa precisa determinar o preço de oferta da força de trabalho específica do seu ramo, pois tal preço é determinado para o conjunto do sistema.

O autor ao comparar as taxas de crescimento do salário e a taxa de crescimento do produto da indústria conclui que a assimetria dos movimentos revela que o diferencial de produtividade sobre os salários constitui-se em fator importante na acumulação e, ainda mais, que a aceleração do crescimento industrial com a implantação dos chamados ramos “dinâmicos” fundou-se exatamente no aprofundamento daquela assimetria, isto é, houve um aumento na taxa de exploração da força de trabalho.

Chico de Oliveira explica que a instituição do salário mínimo teve como função ser a referência salarial para os demais ramos de atividade, independente do posicionamento que o ramo de atividade possui na economia ou sua produtividade.

Durante o governo Lula foi instituída a política de valorização do salário mínimo, através da negociação com as centrais sindicais:

A política de valorização do salário mínimo foi conquistada como resultado da ação conjunta das Centrais Sindicais, por meio das “Marchas a Brasília”. As marchas foram realizadas anualmente no fim de cada um dos anos entre 2004 e 2009. As duas primeiras marchas, em 2004 e 2005, conquistaram reajustes expressivos para o salário mínimo nos anos seguintes. Com a terceira Marcha, no final de 2006, e por meio de negociação com o então Ministro do Trabalho, foram conquistados o aumento do valor do salário mínimo de 2007 e a política de valorização desse instrumento, a vigorar a partir de 2008. (DIEESE, 2019, p.4)

O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) nos diversos Balanços dos Pisos Salariais Negociados, vem chamando a atenção para a influência da valorização do salário mínimo nas negociações dos pisos salariais. A título de exemplo fizemos um quadro comparativo entre o salário mínimo e piso salarial da indústria farmacêutica no estado de São Paulo.

Tabela 1: Evolução do salário mínimo e do piso salarial do setor farmacêutico			
Ano	Salário Mínimo	Piso Salarial Setor Farmacêutico (acima de 100 de trabalhadores) *	Relação entre piso e SM
2011	R\$ 530,00	R\$ 1.000,00	1,89
2012	R\$ 622,00	R\$ 1.073,60	1,73
2013	R\$ 678,00	R\$ 1.182,50	1,74
2014	R\$ 724,00	R\$ 1.300,00	1,80
2015	R\$ 788,00	R\$ 1.410,50	1,79
2016	R\$ 880,00	R\$ 1.551,55	1,76
2017	R\$ 937,00	R\$ 1.629,12	1,74
2018	R\$ 954,00	R\$ 1.669,85	1,75
2019	R\$ 998,00	R\$ 1.747,82	1,75

Fonte: Convenção Coletiva de Trabalho dos Trabalhadores da Indústria Farmacêutica de Osasco e região
 *Na convenção coletiva do setor, existem dois pisos salariais, um para empresas até 100 trabalhadores e outra para empresas acima de 100 trabalhadores

Como podemos notar, na tabela 1, o piso salarial da indústria farmacêutica no estado de São Paulo, que é um setor de ponta do ramo químico, não chega a representar dois salários mínimos e mais do que isso, mantém uma referência quase que constante, em 2011 representava 1,89 salário mínimo e em 2019 está representando 1,75 salário mínimo. Confirmando a análise de Francisco de Oliveira, sobre o papel do salário mínimo como referência para definição do preço da força de trabalho. A questão salarial ganha contornos mais dramáticos na era neoliberal, com o advento das negociações dos Acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Chico de Oliveira observou que a produtiva do setor econômico não era levada em consideração para a definição do preço da força de trabalho. Atualmente

os acordos de PLR reforçam essa tendência, pois os incrementos da produtividade resultam em uma remuneração variável para o trabalhador que não é incorporado ao salário.

Contudo os pisos salariais sofreram incrementos maiores do que os demais salários e a política de valorização do salário mínimo é um fator fundamental nesse incremento.

Em resumo a modificação do contexto político e econômico brasileiro nos anos 2000 produziu efeito positivo sobre as condições de luta dos trabalhadores, que se expressa na conquista de uma política de valorização do salário mínimo, melhoria dos resultados das negociações coletivas e a ocorrência de um novo ciclo de greves entre 2004 a 2012, cuja a principal evidência é o caráter ofensivo das greves, em outras palavras, os trabalhadores mobilizaram-se não para garantir direitos, mas para ampliá-los. Ainda que se constate uma certa estabilidade das greves num patamar baixo nos primeiros anos do novo ciclo (2004-2007) o caráter ofensivo das greves nos anos 2000 contrasta com as greves realizadas nos anos 90.

O novo ciclo grevista, a política de valorização do salário mínimo e os resultados das negociações salariais são indicativos importantes do revigoramento do sindicalismo brasileiro e portanto do equívoco da tese de declínio do sindicalismo (RODRIGUES, 1999).

Na obra *Destino do sindicalismo* o autor Leôncio Martins Rodrigues argumenta que os sindicatos, em todo mundo, vivem uma situação muito difícil, expressa na queda do número e da proporção de trabalhadores filiados e no declínio das taxas de greve, dois fenômenos indicativos do enfraquecimento do sindicalismo como instituição e do poder sindical como ator político. E conclui que a medida que o século XX chegava ao seu término, foi se tornando cada vez mais claro que as dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo não eram conjunturais e nem específicas de alguns países, e fatores estruturais mais duradouros e profundos minavam a força de uma das instituições mais características e importantes das democracias capitalistas do Ocidente. Para o autor o quadro que parece caracterizar o sindicalismo sugere mais declínio do que crise.

O que podemos observar é que no Brasil houve um novo ciclo grevista, na qual as greves passaram a crescer e o sindicalismo, sobretudo as centrais sindicais, aumentaram o seu protagonismo político, o exemplo mais significativo foi o acordo

de valorização do salário mínimo, que como vimos teve influência direta sobre os reajustes nos pisos salariais das categorias.

4. Considerações Finais

Entre 2004 a 2012 observa-se um revigoramento do sindicalismo brasileiro que se expressa na conquista de uma política de valorização do salário mínimo (a partir de 2008), mudança da natureza das greves (2004-2011) e melhoria dos resultados das negociações coletivas (até 2012). Entretanto, não se pode afirmar que houve revitalização, sobre esse ponto lançaremos algumas impressões.

O levantamento realizado pelo Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) mostram que as motivações das greves (2004-2013) estão relacionadas a reprodução da força de trabalho, isto é, as reivindicações predominantes são, nessa ordem, reajuste de salário, plano de cargos de salário, alimentação, atraso de salário e participação nos lucros e resultados.

O problema da reprodução da força de trabalho no capitalismo dependente não constitui uma novidade e é parte da formação social brasileira sendo que a característica essencial está dado pelo fato que ao trabalhador é negado as condições necessárias para reprodução de sua força de trabalho, ou seja, o trabalhador é remunerado abaixo de seu valor, correspondendo, ao que Marini (2011) conceitua de superexploração do trabalho.

A superexploração do trabalho nos ajuda a compreender o porquê há uma predominância, nas greves, das reivindicações referentes ao custo de reprodução da força de trabalho (salário, PLR, alimentação e plano de cargos e salários). Afinal se os trabalhadores estão com dificuldade de garantir a própria sobrevivência, a reivindicação mais urgente a ser resolvida é a questão salarial.

A luta econômica pode se converter em ponto de partida e elemento integrante da luta política, mas o que tudo indica é que o sindicalismo brasileiro não conseguiu ir além do economicismo.

Como pudemos verificar as greves do período considerado são de caráter ofensiva, tendo como eixo predominante as reivindicações economicistas, outro traço marcante do período é que as greves são realizadas por local de trabalho,

pouquíssimas greves que conseguiram envolver o conjunto da categoria, portanto o que predominou foi a dispersão.

Já sobre os rumos do sindicalismo, a eleição de Lula provocou mudanças importantes na política, sendo que a principal foi a formação de uma frente política neodesenvolvimentista, nos termos de Boito (2018) ou uma coalisão produtivista (industriais e trabalhadores) nos termos de Singer (2016) de sustentação do governo. O fato que mais nos interessa no momento é que o sindicalismo participa dessa frente/coalisão como força subordinada (MARCELINO, 2017).

As consequências da participação subordinada na frente/coalisão, foi não ter atendidas as pautas históricas dos trabalhadores com por exemplo a redução da jornada de trabalho sem redução nos salários. A participação subordinada serviu mais para “vetar mudanças profundas demandadas pelas organizações patronais a partir dos anos 1990 do que para consagrar novos direitos” (KREIN; DIAS, 2017, p.12).

Se por um lado os trabalhadores lograram aumentos salariais, por outro reivindicações gerais do movimento sindical foram sistematicamente barradas e uma pesquisa mais apurada poderá comprovar que as conquistas dos trabalhadores giraram apenas nas questões salariais, ou seja, se não houve avanços nas pautas históricas por meio da participação na frente/coalisão, também não houve avanços no *front*, isto é, nas greves ou acordos coletivos. Não se tem notícias de conquistas da redução de jornada de trabalho, sem redução salarial, ou então medidas para diminuir a terceirização ou mesmo a rotatividade nas empresas.

Aventamos a hipótese que essa participação subordinada do movimento sindical na frente/coalisão que sustentou os governos do PT é um dos fatores explicativos para a falta de revitalização do sindicalismo em um contexto favorável. Explicamos melhor a hipótese, a participação subordinada pode estar relacionada como um cálculo político dos sindicalistas para não desgastar o governo que eles mesmos eram parte.

Ora o contexto econômico foi favorável para avanços salariais, ainda havia um espaço significativo de interlocução com o governo, sendo que em diversos casos os sindicalistas eram o governo, não haveria necessidade de mudanças estruturais ou político ideológicas, algo do tipo, “em time que está ganhando não se

mexe”. Por mais paradoxal que pareça o revigoramento do sindicalismo, em certa medida explica a falta de revitalização.

No entanto, existem outras organizações de corte mais à esquerda, como a CSP-Conlutas e a Intersindical – Central da classe trabalhadora, que se posicionaram mais criticamente aos governos do PT podendo ser consideradas como o princípio de uma revitalização sindical como sugere Galvão (2014), no entanto como ela mesmo identifica, não conseguiram ocupar o espaço do sindicalismo de parceria. Novamente o revigoramento do sindicalismo se torna um fator inibidor, quando há ganhos e conquistas o discurso de oposição fica mais difícil de emplacar.

Se no período de revigoramento o sindicalismo brasileiro não foi capaz de impulsionar a sua revitalização. No momento atual de grandes ataques que o movimento sindical vem sofrendo, a revitalização se torna uma necessidade para sua sobrevivência.

Referências

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

BOITO JR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. 2 ed. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: Editora Unicamp / Editora Unesp, 2018.

_____; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás?: um novo ciclo de greves na década de 2000. Cad. CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, ago. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jun. 2017.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André e LOUREIRO, Isabel (orgs.). As contradições do lulismo: a que ponto chegamos? São Paulo, Boitempo, 2016. pp. 55-92

CARDOSO, Adalberto Moreira. Os sindicatos no Brasil. Brasília: IPEA, 2014 (Nota Técnica Mercado de Trabalho, 56). Disponível

em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3765/1/bmt56_nt01_sindicatos_brasil.pdf Acesso em: 16 abr. 2018.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. Cad. CRH, Salvador, v. 28, n. 75, p. 493-510, dez. 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000300493&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jun. 2017.

DIEESE. A importância da política de valorização do salário mínimo e a importância de renová-la. Nota técnica nº 205 abril de 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec205SalarioMinimo.pdf> Acesso em: 21 out. 2019.

GALVÃO, Andréia. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. Revista Crítica Marxista, São Paulo, n. 38, p. 103-117, 2014. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie70dossie2.pdf Acesso em: 12 mar. 2018.

KREIN, José Dari e DIAS, Hugo. Os caminhos do sindicalismo nos anos 2000. Revista Ciências do Trabalho - DIEESE, São Paulo, n.8, ago. 2017. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/141> Acesso em: 12 mar. 2018.

MARCELINO, P. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. Tempo Social, v. 29, n. 3, p. 201-227, 12 dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/125952> Acesso em: 14 out. 2019

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro. Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

Noronha, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. Lua Nova, n. 76, p. 119-168, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100005&lng=en&nrm=iso Acesso em: 20 out. 2019

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003

POCHMANN, Marcio. Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

RODRIGUES, Leôncio M. Destino do sindicalismo. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André e LOUREIRO, Isabel (orgs.). As contradições do lulismo: a que ponto chegamos? São Paulo, Boitempo, 2016. pp. 21-54

SOUZA, Davisson C. C. Lutas de classes e ciclo de lutas no Brasil de 2003-2013: os limites para a constituição de uma força social. In: AMORIN, Henrique e SOUZA, Davisson C. (orgs). As classes sociais no início do século XXI. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2017.

_____ e TRÓPIA, Patrícia V. Greves, conjuntura político-econômica e transformação ideológicas no sindicalismo brasileiro recente (1989-2013). In: III International Conference Strikes and Social Conflicts: Combined historical approaches to conflict., 2016, Barcelona. III International Conference Strikes & Social Conflicts - Aproximaciones históricas combinadas a la conflictividad. Barcelona: Proceedings, 2016 Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/caplli/2016/157740/H8UDeSouza_Davisson_Tropia_Patricia.pdf Acesso em: 21 out. 2019